



Daniele Chaves Teixeira
Coordenadora

ARQUITETURA DO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

Tomo III

Prefácio
Rolf Madaleno

Área específica
DIREITO CIVIL.

Áreas afins
DIREITO CIVIL. DIREITO DE FAMÍLIA.
DIREITO SUCESSÓRIO. CONTABILIDADE.
DIREITO EMPRESARIAL.

Público-alvo/consumidores
PROFISSIONAIS DO DIREITO QUE ATUAM
COM DIREITO SUCESSÓRIO. ADVOGADOS QUE
ELABORAM PLANEJAMENTOS SUCESSÓRIOS.
ESTUDANTES, NOTARIAIS, ADVOGADOS
EMPRESARIAIS E TRIBUTARISTAS.

“Como visto da leitura e compreensão das razões deste breve e introdutório texto, quis com ele exaltar o valor pessoal, jurídico, acadêmico e profissional de cada um dos livros coordenados pela Doutora e Professora Daniele Chaves Teixeira, com a marca da sua clássica e consagrada coleção da *Arquitetura do planejamento sucessório*, agora em seu terceiro tomo, para dizer que não tem como ficar indiferente a este trabalho de excelência e o qual me foi dada a subida honra de prefaciá-lo.

Acredito então que talvez agora façam sentido as divagações iniciais de que o ser humano vive sempre em sobressalto, e que suas emoções mais afloram quando verberam sentimentos ou quando ampliam horizontes, como sucede com a trajetória de cada edição precedente ou presente, como no caso deste seu Tomo III. Como serão sempre impactantes os próximos tomos e as novas edições, verdadeiras obras-primas que solidificam o conhecimento e a compreensão de quem está de um modo ou outro plenamente envolto com o direito das famílias e com o direito das sucessões”.

Rolf Madaleno

FORMATO: 17 × 24 cm
CÓDIGO: 10003160

T266a Teixeira, Daniele Chaves
Arquitetura do planejamento sucessório / Daniele Chaves Teixeira (Coord.). – Belo Horizonte : Fórum, 2022.
670p. : il. ; 17cm x 24cm

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-5518-291-0
Tomo III

1. Direito civil. 2. Direito de família. 3. Direito sucessório. 4. Contabilidade. 5. Direito empresarial.
I. Título.

2021-3784

CDD: 347
CDU: 347

Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior - CRB-8/9949

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

TEIXEIRA, Daniele Chaves (Coord.). *Arquitetura do Planejamento Sucessório*. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 670 p. Tomo III. ISBN 978-65-5518-291-0.

Daniele Chaves Teixeira é Doutora e Mestre em Direito Civil pela UERJ. Pesquisadora bolsista no Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Privatrech. Especialista em Direito Civil pela Università degli Studi di Camerino, na Itália. Especialista em Direito Privado pela PUC-Rio. Professora de cursos de pós-graduação em Direito. Advogada e Parecerista. Coordenadora da obra *Arquitetura do Planejamento Sucessório*[®], do congresso *Arquitetura do Planejamento Sucessório*[®] e do curso *Planejamento Patrimonial e Sucessório*

PREFÁCIO	
Rolf Madaleno	21
APRESENTAÇÃO	
Daniele Chaves Teixeira	23
PARTE I	
DIREITO DAS SUCESSÕES: NOVAS PERSPECTIVAS E DIREITOS CORRELATOS	
PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO E GÊNERO: ALGUMAS REFLEXÕES	
Daniele Chaves Teixeira, André Luiz Arnt Ramos	27
1 Introdução.....	27
2 Direito sucessório na sociedade contemporânea.....	29
3 Gênero e planejamento sucessório.....	30
4 Conclusão.....	36
Referências	36
CAMINHOS PARA A TUTELA DOS BENS DIGITAIS NO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO	
Daniele Chaves Teixeira, Caroline Pomjé	39
1 Introdução.....	39
2 Pensando sobre os pilares do direito sucessório: a família e a propriedade.....	40
3 Da mudança de paradigma e da indispensável tutela sobre os bens digitais ...	43
4 Planejamento de sucessões contendo bens digitais.....	46
5 Considerações finais.....	49
Referências	50
IMPRESINDIBILIDADE DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS NA INTERPRETAÇÃO DO DIREITO SUCESSÓRIO CONTEMPORÂNEO	
Daniele Chaves Teixeira, Danielle Tavares Peçanha	53
1 Introdução.....	53
2 Crise do direito das sucessões: descompasso com a sociedade contemporânea	53
3 A metodologia civil constitucional aplicada à lógica sucessória.....	56
4 A via principiológica como resposta à insuficiência legal e a propalada intangibilidade da legítima.....	60
5 Notas conclusivas.....	63
Referências	64
QUAIS OS PARÂMETROS VIGENTES PARA A REALIZAÇÃO DAS COLAÇÕES DAS DOAÇÕES REALIZADAS EM ADIANTAMENTO DA LEGÍTIMA?	
Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka, João Ricardo Brandão Aguirre	67
1 Conceito, fundamento e caracterização	67
2 Distinção entre colação ou conferência e redução das doações inoficiosas.....	69
3 Critério de valoração do bem objeto da colação	71
4 Divergências em relação aos casos aos quais se aplicam as regras da nova disciplina sobre a valoração do bem trazido à colação	78
5 Conclusão.....	79
Referências	80
BREVES NOTAS SOBRE A SUCESSÃO CONTRATUAL NO DIREITO BRASILEIRO: O INSTRUMENTO DA PARTILHA EM VIDA	
Marcos Ehrhardt Junior, Gustavo Henrique Baptista Andrade	81
I Introdução.....	81
II A partilha em vida na doutrina brasileira.....	82
III Aspectos controvertidos da partilha em vida	87

IV	Considerações finais.....	90
	Referências	91
DIRETO À MORTE DO CORPO VIRTUAL: (IM)POSSIBILIDADE DE UM DIREITO À SUCESSÃO DE BENS VIRTUAIS EXISTENCIAIS		
	Joyceane Bezerra de Menezes, Patrícia K. de Deus Ciríaco	93
	Introdução.....	93
1	Sociedade da informação, corpo virtual e perfil funcional dos bens digitais....	94
2	Direto à morte do corpo virtual: (im)possibilidade de um direito à sucessão de bem digital existencial.....	98
3	Tendências legislativa(s) no Brasil.....	103
	Conclusão.....	106
	Referências	107
GANHO DE CAPITAL NA SUCESSÃO		
	Karin Regina Rick Rosa.....	111
1	O que é ganho de capital e quais são as hipóteses de incidência	111
2	O inventário extrajudicial e suas implicações para o ganho de capital.....	113
3	O tratamento tributário na transferência de bens por herança ou legado e a forma de lançamento pelos herdeiros ou legatários	116
4	Redução do percentual para os imóveis adquiridos ou incorporados até 1969	117
5	Conclusões	118
6	Anexos	120
MECANISMOS DE PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO PARA PROTEÇÃO DAS PESSOAS VULNERÁVEIS		
	Maria Goreth Macedo Valadares, Thais Câmara Maia Fernandes Coelho.....	125
1	Introdução.....	125
2	A proteção futura das pessoas vulneráveis quando da morte ou incapacidade do cuidador/responsável legal	126
3	O planejamento sucessório feito como forma de proteção aos vulneráveis	127
3.1	Tutela e curatela <i>post mortem</i>	128
3.2	Doação com reserva de usufruto e com encargo	129
3.3	O testamento como instrumento de cláusulas protetivas.....	130
3.4	Previdência privada e seguro de vida.....	132
3.5	A necessária alteração legislativa no instituto da substituição fideicomissária como mais uma forma de proteção das pessoas vulneráveis.....	135
4	Conclusão.....	136
	Referências	136
A SUCESSÃO ENTRE IRMÃOS BILATERAIS E UNILATERAIS: SUBSISTEM OS MOTIVOS PARA SEU TRATAMENTO DIFERENCIADO?		
	Patrícia Ferreira Rocha	139
	Introdução.....	139
1	Considerações iniciais sobre parentesco e seus efeitos	140
2	As transformações na família e na sucessão legítima desde o Código Civil de 1916 até o Código Civil de 2002.....	144
3	A sucessão entre irmãos bilaterais e unilaterais: subsistem os motivos para o seu tratamento diferenciado?	149
	Conclusão.....	155
	Referências	156
OS DESAFIOS DA REPRODUÇÃO ASSISTIDA <i>POST MORTEM</i> E O ALCANCE DO TESTAMENTO GENÉTICO: AMPLIANDO AS FORMAS DE DISPOSIÇÃO DO PRÓPRIO CORPO APÓS A MORTE		
	Paula Moura Francesconi de Lemos Pereira, Vitor Almeida.....	159
	Notas introdutórias.....	159
1	Reprodução humana assistida: o silêncio legislativo e as prescrições deontológicas	161
2	Disposição de material genético para depois da morte: o chamado testamento genético	165
2.1	Os limites à implantação de embriões <i>post mortem</i> : o julgamento do REsp nº 1.918.421-SP	166

2.2	A autonomia reprodutiva e o alcance dos testamentos genéticos para fins de reprodução assistida <i>post mortem</i>	168
	Considerações finais.....	172
	Referências	173

PRÁTICAS COLABORATIVAS E PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO: UMA CONVERSA NECESSÁRIA

Renata Vilela Multedo, Waldirene Dal Molin	175
Introdução.....	175
1 Breve histórico das práticas colaborativas no Brasil.....	177
2 O direito colaborativo como instrumento de prevenção e resolução de conflitos	177
3 A potencialidade da utilização das práticas colaborativas no planejamento sucessório	181
Considerações finais.....	185

TUTELA PÓSTUMA DE DADOS PESSOAIS E PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

Sergio Marcos Carvalho de Ávila Negri, Carolina Fiorini Ramos Giovanini	187
1 Introdução.....	187
2 Governança de dados e ciclo de vida da informação	188
3 Morte digital e tutela póstuma da personalidade	190
4 Modelos: intransmissibilidade, herança digital e tutela póstuma de dados pessoais.....	192
5 A terceira via: autonomia privada e a tutela póstuma de dados pessoais	195
6 Conclusão.....	199
Referências	200

HÁ LIMITES À VONTADE DO PLANEJADOR PARA DISPOR SOBRE A TRANSMISSÃO OU DESTRUIÇÃO DE BENS DIGITAIS HÍBRIDOS?

Francisco José Cahali, Silvia Felipe Marzagão	203
1 Introdução: a vida virtual e seu impacto na organização da sucessão patrimonial	203
2 Patrimônio digital e planejamento sucessório: realidades contemporâneas indissociáveis	205
3 A imprescindível conceituação e categorização dos bens digitais e as implicações dessas características em sua transmissibilidade	206
4 Limites à vontade do planejador ao dispor de bens digitais híbridos	211
5 Considerações finais.....	215
Referências	216

A EXTRAJUDICIALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO

Virgínia Viana Arrais	219
1 Uma visão geral da Lei nº 11.441/2007.....	219
1.1 Escritura pública de inventário.....	220
1.2 A visão do Superior Tribunal de Justiça.....	222
1.3 Peculiaridades da escritura pública de inventário	224
Referências	234

PARTE II MOMENTOS PATOLÓGICOS

PREVIDÊNCIA PRIVADA COMO FORMA DE BURLA DA LEGÍTIMA

Ana Paula de Oliveira Antunes	239
Envelhecimento e proteção da pessoa idosa.....	239
Relevância do tema e caso ilustrativo	240
Curatela e a proteção das questões existenciais.....	243
Previdência privada: uma forma de burlar a legítima?	245

PACTA CORVINA E A IMPOSSIBILIDADE DE RENÚNCIA DA HERANÇA EM PACTO ANTENUPCIAL OU CONTRATO DE CONVIVÊNCIA

Conrado Paulino da Rosa, Fernanda Rosa Coelho	251
1 Considerações iniciais: limites ao planejamento sucessório no ordenamento jurídico brasileiro	251

2	Fundamentos para a vedação ao pacto sucessório (<i>pacta corvina</i>).....	252
3	Renúncia da herança em pacto antenupcial ou contrato de convivência: uma possibilidade?.....	256
4	À guisa de reflexão: revisão das restrições legais aos direitos sucessórios.....	265
	Referências	266

PLANEJAMENTO E PACTOS SUCESSÓRIOS

Daniel Bucar	269
1 Nota introdutória	269
2 Pactos sucessórios: uma proibição, três fundamentações.....	270
3 Autonomia privada e direito das sucessões: uma análise funcional do “interdito aos pactos”	272
4 O planejamento sucessório na instrumentalização dos pactos: entre o negócio direto e indireto.....	278
4.1 Utilização de pactos para o fim de planejamento sucessório horizontal.....	279
4.2 Dificuldades na utilização de pactos para o fim de planejamento sucessório vertical.....	281
5 Conclusão.....	282
Referências	284

COLAÇÃO E AS CONSEQUÊNCIAS DA NÃO CONFERÊNCIA PARA O PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

Leandro Reinaldo da Cunha	287
Introdução.....	287
1 Colação	288
1.1 Herdeiros necessários e o dever de colacionar.....	289
1.2 Doações indiretas e o dever de colacionar	291
1.3 Dispensa do dever de colacionar.....	292
2 Consequências do não colacionar	293
2.1 Da pena de sonegados	293
2.2 Não colacionar e o lucro da intervenção.....	294
2.3 Responsabilidade civil ante a ignorância do dever de colacionar.....	295
Conclusão.....	296
Referências	297

FRAUDE NA PARTILHA DE BENS

Viviane Girardi, Maici Barboza dos Santos Colombo	301
1 A fraude no fenômeno jurídico.....	301
2 Fraudes no direito sucessório: fraude à legítima e fraude à partilha de bens ...	303
3 Esquemas fraudatórios frequentes no direito sucessório: planos de previdência privada aberta e disfuncionalização da pessoa jurídica	304
4 Remédios repressivos.....	307
4.1 Autonomia patrimonial e desconsideração da personalidade jurídica.....	307
4.2 O dever de colação e a pena de sonegados	310
4.3 A invalidação da partilha	312
5 Conclusão.....	315
Referências	317

PARTE III

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

PLANEJAMENTO PATRIMONIAL E A AUTONOMIA PARA CONTRATAÇÃO DE PACTOS INTRAFAMILIARES

Ana Carolina Brochado Teixeira, Alexandre Miranda Oliveira	321
1 Introdução.....	321
2 Planejamento patrimonial e sucessório.....	322
3 Expansão da autonomia patrimonial durante o casamento?	323
4 Possíveis ampliações dos espaços de autonomia intrafamiliar?.....	326
5 Conclusão.....	331
Referências	331

AS DOAÇÕES REMUNERATÓRIAS NO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

Ana Luiza Maia Nevares	333
1 Notas iniciais: desigualdade de gêneros e tutela do cuidado.....	333
2 Doações remuneratórias: conceito	335
3 As doações remuneratórias como instrumento do planejamento sucessório....	339
4 Conclusão.....	343
Referências	343

A FUGA DO TESTAMENTO

Anderson Schreiber, Felipe Ribas	345
1 O testamento: suas limitações e desincentivos.....	345
2 O custo tributário da transmissão <i>causa mortis</i>	347
3 Planejamento sucessório e instrumentos “alternativos” ao testamento: seguros de vida, planos de previdência e <i>trust</i>	349
4 Além do planejamento sucessório: instrumentos de efetiva antecipação da distribuição patrimonial como doação, compra e venda e constituição de <i>holding</i> familiar.....	353
5 Conclusão.....	356
Referências	357

A POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DOS REGIMES DE BENS DO CASAMENTO POR MEIO DE PACTO PÓS-NUPCIAL – ALTERNATIVAS À ATUAL FORMA DE ALTERAÇÃO DE REGIME DE BENS DO CASAMENTO

Carolina Ducci Maia Barcelos	361
1 Introdução.....	361
2 Os regimes de bens e o pacto antenupcial	362
3 A atual forma de alteração do regime de bens prevista no §2º do art. 1.639 do Código Civil.....	363
3.1 Os requisitos e as formalidades da alteração do regime de bens	364
3.1.1 A consensualidade do pedido.....	364
3.1.2 A motivação necessária.....	364
3.1.3 O não prejuízo aos direitos de terceiros.....	366
3.1.4 A forma judicial	366
4 Desjudicialização. Tendências: soluções pela via extrajudicial quando não há conflitos	369
4.1 A alteração extrajudicial como alternativa, mantendo a via judicial.....	376
4.1.1 Termo inicial e os efeitos da alteração	378
4.1.2 O direito de terceiros.....	379
5 Conclusões	380
Referências	382

DA NÃO INCIDÊNCIA DO ITCMD NA TRANSMISSÃO DAS RESERVAS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA PGBL E VGBL

Cláudio Tessari, Marcelo Coletto Pohlmann, Camila Bandel N. Pinheiro	385
1 Introdução e delimitação do tema.....	385
2 Da natureza jurídica securitária das reservas de previdência privada nas modalidades PGBL e VGBL.....	386
3 Da análise do conteúdo de decisões judiciais proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça e pelos tribunais estaduais em relação à natureza jurídica securitária das reservas de previdência privada PGBL e VGBL	390
4 Da análise do conteúdo de decisões judiciais proferidas pelos tribunais de justiça dos estados que julgaram inconstitucionais as legislações estaduais, na parte em que buscaram tributar as reservas de previdência privada pelo ITCMD e, ainda, da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal.....	396
5 Da análise do conteúdo da proposta de reforma tributária encaminhada pelo estado do Rio Grande do Sul, no que concerne à incidência do ITCMD sobre as reservas de previdência privada PGBL e VGBL	400
6 Conclusões	403
Referências	404

POSSE: DA AUTONOMIA AO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

Daniela de Carvalho Mucilo	407
I Notas introdutórias.....	407

II	O contexto atual da posse no Brasil.....	408
III	Efeitos da posse na sucessão.....	411
IV	A partilha da posse como forma de minimizar a vulnerabilidade do possuidor.....	414
V	Considerações finais.....	419
	Referências	419

CODICILOS E PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO: LIMITES E POSSIBILIDADES

	Daniele Chaves Teixeira, Caroline Pomjé	421
1	Considerações introdutórias.....	421
2	O codicilo na teoria.....	422
3	O codicilo perante os tribunais de justiça brasileiros	424
3.1	Desenho metodológico	425
3.2	Limites e possibilidades envolvendo os codicilos.....	425
4	Considerações finais.....	431
	Referências	431

DOAÇÃO E DESAFIOS DO ADIANTAMENTO DE HERANÇA: CUIDADOS NECESSÁRIOS PARA O PLANEJAMENTO

	Felipe Quintella Machado de Carvalho	433
1	Considerações iniciais	433
2	O que quer dizer, exatamente, adiantamento de herança?	434
3	Em que casos o contrato de doação gera o efeito de adiantamento de herança?.....	434
4	Como distinguir o adiantamento de legítima do adiantamento de parte disponível?.....	436
4.1	Quando ocorre adiantamento de legítima?	436
4.2	Quando ocorre adiantamento de parte disponível?	437
5	Qual a disciplina jurídica do adiantamento de legítima?.....	437
5.1	Obrigatoriedade da colação.....	437
5.2	Modos de se proceder à colação	438
5.3	Observações sobre as regras vigentes e sobre a colação em substância.....	442
6	Qual a disciplina jurídica do adiantamento de parte disponível?.....	444
6.1	Excesso no adiantamento de parte disponível e doação inoficiosa.....	444
6.2	Redução do excesso nulo.....	446
7	Considerações finais.....	448
	Referências	449

PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO: GESTÃO, FRUIÇÃO E PARTILHA DE FRUTOS DA HERANÇA

	Gabriel Honorato, Raphael Arnaud	451
1	Notas introdutórias.....	451
2	Bens reciprocamente considerados: um sucinto retorno à teoria geral para melhor compreensão da classe patrimonial dos frutos.....	452
3	A quem cabe os frutos dos bens de herança?	453
4	A influência do planejamento sucessório na transmissão de bens e de frutos..	456
5	Notas conclusivas.....	459
	Referências	460

A GOVERNANÇA CORPORATIVA E A VALIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA AS EMPRESAS FAMILIARES

	Laís Machado Lucas, Fernanda Borghetti Cantali	461
1	Introdução.....	461
2	Das dores e das delícias das empresas familiares	462
3	Aspectos gerais da governança corporativa	466
3.1	A origem da governança corporativa.....	466
3.2	O desenvolvimento da governança corporativa no Brasil	468
4	O protagonismo do conselho de administração em um modelo de governança corporativa	471
4.1	A valia do conselho de administração para as empresas familiares.....	474
5	Conclusões	475
	Referências	476

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR: UM RESGATE À NATUREZA JURÍDICA E SEUS EFEITOS DIANTE DO ÓBITO DO PARTICIPANTE

Luana Maniero Moreira, Patricia Bressan Linhares Gaudenzi, Marcio Alban

Salustino	479
1 Introdução.....	479
2 O instituto da previdência complementar no Brasil.....	480
3 Patrimônio, bens e direitos passíveis de sucessão.....	482
4 Da natureza jurídica da reserva previdenciária – Direito adquirido <i>versus</i> expectativa de direito	484
5 Sucessão e ITCMD	488
6 A insegurança jurídica em torno da previdência complementar	489
7 Conclusão.....	491
Referências	492

NOTAS SOBRE O TESTAMENTO PARTICULAR

Luciana Mota	495
Introdução.....	495
Mitigação de regras formais como meio de preservação da vontade do testador	496
Testamento hológrafo emergencial simplificado.....	501
Conclusão.....	506
Referências	507

O TRUST E SUAS POTENCIALIDADES NO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

Luciana Pedroso Xavier	509
1 Introdução.....	509
2 A gênese e o desenvolvimento do <i>trust</i>	510
3 O <i>trust</i> como instituto global: a Convenção da Haia sobre a Lei Aplicável ao <i>trust</i> e ao seu Reconhecimento.....	512
4 <i>Trust</i> : o direito brasileiro em busca de um conceito	515
5 O <i>trust</i> e suas potencialidades como instrumento no planejamento sucessório	519
6 Considerações finais.....	523
Referências	523

DO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO E TESTAMENTO: INTERPRETAÇÃO TESTAMENTÁRIA E CLÁUSULAS CONDICIONAIS. BREVES NOTAS

Luiz Paulo Vieira de Carvalho	527
1 Introdução.....	527
2 Interpretação testamentária.....	529
3 Das disposições testamentárias em geral	532
3.1 Disposições testamentárias puras e simples.....	533
3.2 Disposições condicionais <i>inter vivos</i> e <i>causa mortis</i>	534
3.3 Condições suspensivas e condições resolutivas.....	536
3.4 Condições positivas e negativas	542
3.5 Condições lícitas e condições ilícitas	543
3.6 Condições quanto à fonte ou causas.....	545
4 Considerações finais.....	550
Referências	552

CONCUBINATO E UNIÕES PARALELAS: BREVES ANOTAÇÕES AOS JULGAMENTOS DOS TEMAS NºS 529 E 526 DO STF

Maria Rita de Holanda	553
1 Introdução.....	553
2 Teses de repercussão dos temas nºs 529 e 526 do STF	554
3 Planejamento sucessório antes e depois dos julgamentos.....	557
4 Decisões posteriores à repercussão dos temas	560
5 Notas conclusivas.....	561
Referências	562

O CONTRATO DE NAMORO COMO INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

Marília Pedroso Xavier	565
1 Introdução.....	565
2 O contrato de namoro: do vilanismo ao protagonismo	566
2.1 O contrato de namoro é um aborto jurídico?	566
2.2 Uma nova perspectiva: contrato de namoro – Amor líquido e direito de família mínimo.....	570
3 O contrato de namoro como instrumento de planejamento sucessório.....	572
4 Conclusões	575
Referências	576

O FIDEICOMISSO COMO INSTRUMENTO DO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

Mário Luiz Delgado	579
1 Notas introdutórias: as substituições testamentárias	579
2 A substituição fideicomissária	582
2.1 A limitação do fideicomisso pelo CC/2002	584
2.2 Distinções entre fideicomisso e deixa direta ao concepturo e a inexistência de prazo certo para que seja concebido o fideicomissário.....	587
2.3 Distinções entre fideicomisso e usufruto.....	590
3 Novos horizontes para o fideicomisso	591
3.1 Direito projetado	591
3.2 Fideicomisso contratual.....	593
3.3 Fideicomisso como alternativa ao <i>trust</i> anglo-americano	598
4 Conclusões	599

TESTAMENTO DIGITAL: O PROVIMENTO Nº 100/2020 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – A NOVA ERA TECNOLÓGICA NOS TABELIONATOS BRASILEIROS

Rita Bervig Rocha	601
1 O Provimento nº 100/2020/CNJ: nasce a era digital nos tabelionatos brasileiros.....	601
1.1 Da validade e eficácia dos atos digitais pelo e-Notariado.....	603
2 Testamento: aspectos gerais.....	606
2.1 Testamento público.....	607
2.2 Testamento digital.....	609
Referências	611

USUFRUTO DE QUOTAS: DESAFIOS E PECULIARIDADES

Roberta Mauro Medina Maia	613
Notas introdutórias.....	613
1 Usufruto: conceito e características.....	614
2 Sociedades limitadas e quota social.....	618
3 Usufruto de quotas: percalços e perspectivas	622
Conclusão.....	627
Referências	628

PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO E EMPRESA: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA

Simone Tassinari Cardoso Fleischmann, Fernando René Graeff	629
1 Introdução.....	629
2 A complexidade da partilha causa mortis de participações societárias.....	630
2.1 Destinação das quotas em caso de falecimento de sócio	632
2.2 Distinção entre condição de herdeiro/meeiro e condição de quotista/acionista	633
2.3 Possibilidade de ingresso ou não dos herdeiros na sociedade.....	634
2.4 Não recebimento de quotas pelos herdeiros: direito ao recebimento de haveres.....	636
2.5 Recebimento de quotas/ações pelos herdeiros.....	639
2.6 Legitimidade para pedir contas.....	640
2.7 Representação da participação societária do sócio falecido	640
2.8 Administração da sociedade	643
2.9 Procedimento para a transferência das participações	644

2.10	Participações doadas aos herdeiros	646
3	Importância e instrumentos de planejamento sucessório para famílias empresárias.....	647
3.1	Elaboração de atos constitutivos com previsões específicas e claras para o caso de falecimento de sócio.....	647
3.2	Pactos parassociais.....	650
3.3	Mandato	651
3.4	Testamento	652
3.5	Transmissão de participação societária em vida	653
3.6	Cláusulas restritivas	655
3.7	<i> Holding </i>	656
3.8	Estipulação de regime de bens distinto	658
4	Aspectos práticos na elaboração de planejamento sucessório envolvendo participações societárias	658
5	Conclusões	660
	Referências	661
	 SOBRE OS AUTORES	 663

Alexandre Miranda Oliveira

Mestre em Direito pela Universidade de Deusto/ES. Professor de Direito Processual Civil da PUC Minas. Advogado.

Ana Carolina Brochado Teixeira

Doutora em Direito Civil pela UERJ. Mestre em Direito Privado pela PUC Minas. Especialista em Direito Civil pela Escuela di Diritto Civile – Camerino, Itália. Professora do Centro Universitário UNA. Coordenadora editorial da *Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil*. Advogada.

Ana Luiza Maia Nevaes

Doutora e Mestre em Direito Civil pela UERJ. Professora de Direito Civil da PUC-Rio. Vice-Presidente da Comissão de Estudos Constitucionais da Família do IBDFAM. Diretora Acadêmica do IBDFAM/RJ. Membro do IBDCIVIL e do IAB. Advogada.

Ana Paula de Oliveira Antunes

Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (2012). Pós-Graduada em Direito de Família e Sucessões pela Faculdade Cesusc. Professora da Pós-Graduação do curso de Direito da Faculdade Cesusc. Advogada atuante na área Direito de Família, Sucessões e Direito Civil. Vice-Presidente do Instituto de Direito de Família de Santa Catarina – IBDFAM/SC. Membro da Comissão de Sucessões do Instituto Brasileiro de Família de Família – IBDFAM. Vice-Presidente da Comissão de Direito de Família da OAB/SC. Membro do Instituto dos Advogados de Santa Catarina – IASC.

Anderson Schreiber

Professor titular de Direito Civil da UERJ. Professor da Fundação Getúlio Vargas. Membro da Academia Internacional de Direito Comparado. Advogado.

André Luiz Arnt Ramos

Doutor e Mestre em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Pesquisador visitante junto ao Instituto Max Planck para Direito Comparado e Internacional Privado. Membro do grupo de pesquisa Virada de Copérnico. Associado ao Instituto Brasileiro de Estudos em Responsabilidade Civil – Iberc e ao Instituto dos Advogados do Paraná – IAP. Professor na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Advogado.

Camila Bandel N. Pinheiro

Pós-Graduada em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS/IET. Pós-Graduada em Direito de Família Contemporâneo e Mediação de Conflitos pela Faculdade de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul – FADERGS. Especialista em Direito Civil e Processo Civil pelo Instituto de Desenvolvimento Cultural – IDC. Pós-Graduada em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro Estudos Tributários – Ibet. Advogada. *E-mail:* camila.tpadv@gmail.com.

Carolina Ducci Maia Barcelos

Advogada que atua na área de planejamento patrimonial, família e sucessões. Experiência de 18 anos em escritórios de grande e médio porte com profundo conhecimento em direito de família e sucessões e foco em planejamento patrimonial, assessorando empresas familiares e seus respectivos negócios. Expertise em direito societário, imobiliário e tributário. Reconhecida como “Associates to watch” pelo Chambers High Net Worth 2021 (Private Wealth Law) e pelo Who’s Who Legal 2018, 2019, 2020 e 2021 Latin Lawyer (Private Client) entre os *top 10* advogados pelo atendimento a clientes nacionais e internacionais, nas questões de planejamento sucessório. Mestre com distinção em Direito Civil pela Universidade de São Paulo – USP (2020). Curso de Extensão em Planejamento Sucessório, Societário e Tributário na Fundação Getúlio Vargas – GVLaw (2012). Especialização em Direito Processual Civil na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2008). Graduada em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2005).

Carolina Fiorini Ramos Giovanini

Graduada em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Pesquisadora no Núcleo de Estudos Avançados em Pessoa, Inovação e Direito (Neapid-UFJF).

Caroline Pomjé

Mestra em Direito Privado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Direito Civil-Constitucional, Família, Sucessões e Mediação de Conflitos (UFRGS) e do Núcleo de Estudos em Direito Civil-Constitucional (grupo Virada de Copérnico – UFPR). Advogada.

Cláudio Tessari

Doutorando em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Mestre em Direito pelo Centro Universitário Ritter dos Reis – UniRitter Laureate International Universities. Especialista em Gestão de Tributos e Planejamento Tributário Estratégico pela PUCRS. Professor visitante de vários cursos de pós-graduação. Coordenador científico de Direito Tributário da Escola Virtual de Altos Estudos em Direito (EVAED.ORG). Sócio do Instituto de Estudos Tributários – IET. Membro da Comissão Especial de Direito Tributário da OAB/RS. Advogado tributarista. *E-mail:* tessari@tpadv@gmail.com.

Conrado Paulino da Rosa

Advogado especializado em Direito de Família e Sucessões. Pós-Doutor em Direito pela UFSC. Doutor em Serviço Social pela PUCRS. Mestre em Direito pela UNISC, com a defesa realizada na Università Degli Studi di Napoli Federico II, em Nápoles, Itália. Professor da Graduação e do Mestrado em Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP/RS). Coordenador da Pós-Graduação *lato sensu* em Família e Sucessões EAD e presencial na FMP/RS. Presidente da Comissão Especial de Direito de Família e Sucessões da OAB/RS (triênio 2019/2021). Membro da Diretoria Executiva do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM/RS). Autor de livros sobre Direito de Família e Sucessões.

Daniel Bucar

Doutor e Mestre em Direito Civil pela UERJ. Especialista em Direito Civil pela Scuola di Specializzazione in Diritto Civile pela Università degli Studi di Camerino – Itália. Pesquisador visitante do Max Planck Institut für Ausländisches und Internationales Privatrecht – Alemanha. Professor adjunto de Direito Civil da UERJ e titular de Direito Civil do IBMEC/RJ. Procurador do Município do Rio de Janeiro.

Daniela de Carvalho Mucilo

Mestre em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Especialista em Direito Civil pela Università degli Studi di Camerino, Itália. Especialista em Direito de Família e das Sucessões pelo Centro de Extensão Universitária de São Paulo (CEU/SP). Professora e Coordenadora de cursos de Pós-Graduação em Direito de Família e Sucessões. Secretária da Comissão de Direito de Família da OAB/SP. Advogada.

Daniele Chaves Teixeira

Doutora e Mestre em Direito Civil pela UERJ. Pesquisadora bolsista no Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Privatrecht. Especialista em Direito Civil pela Università degli Studi di Camerino, na Itália. Especialista em Direito Privado pela PUC-Rio. Professora de cursos de pós-graduação em Direito. Advogada e Parecerista. Coordenadora da obra *Arquitetura do Planejamento Sucessório*®, do congresso *Arquitetura do Planejamento Sucessório*® e do curso *Planejamento Patrimonial e Sucessório*.

Danielle Tavares Peçanha

Mestranda em Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Advogada.

Felipe Quintella Machado de Carvalho

Doutor, Mestre e Bacharel em Direito pela UFMG. Professor dos cursos de Graduação e de Mestrado da Faculdade de Direito Milton Campos. Professor do IBMEC/BH. Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Contratual – IBDCONT, em Minas Gerais. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM, do Instituto Brasileiro de Estudos em Responsabilidade Civil – Iberc e do Instituto Brasileiro de Direito Civil – IBDCIVIL. Sócio-Fundador do Quintella & Righetti Advocacia e Consultoria, escritório especializado em planejamento patrimonial.

Felipe Ribas

Mestre e Doutorando em Direito Civil pela UERJ. Ex-Professor Substituto de Direito Civil da Faculdade Nacional de Direito – UFRJ. Advogado.

Fernanda Borghetti Cantali

Doutoranda em Direito pela Unisinos. Mestre em Direito pela PUCRS. LLM em Direito Empresarial pelo CEU Law School. Professora do curso de Graduação em Direito da Unisinos. Professora da Esmafe – Escola Superior da Magistratura Federal. Advogada.

Fernanda Rosa Coelho

Advogada. Mestranda em Direito Processual pela Universidade de São Paulo – USP. Especialista em Direito de Família e Sucessões pela Fundação Escola Superior do Ministério Público – FMP/RS. Graduada pela FMP. Pesquisadora do grupo de estudos Família, Sucessões, Criança e Adolescente e Direitos Transindividuais, coordenado pelo Prof. Dr. Conrado Paulino da Rosa, vinculado ao PPGD/FMP.

Fernando René Graeff

Doutor e Mestre em Direito Privado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Especialista em Direito de Família pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Advogado e Professor atuante nas áreas de Direito de Família e Sucessões e de Direito Empresarial há mais de 15 anos.

Francisco José Cahali

Professor, Advogado e Consultor Jurídico em São Paulo e Brasília. Mestre e Doutor em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Coordenador do Núcleo de Direito Civil do programa de Pós-Graduação da PUC-SP. Presidente da Comissão de Direito de Família da OAB/SP (2021). Autor de vários artigos e livros.

Gabriel Honorato

Advogado. Mestre em Direito pela UFPB. Pós-Graduado em Direito Civil pela ESA/PB. Diretor Tesoureiro do IBDFAM/PB. Vice-Diretor e Coordenador da Pós-Graduação em Direito das Famílias e Sucessões da ESA/PB. Membro da Comissão Nacional de Direito de Família e Sucessões do CFOAB. Contato: gabrielhonoratoadv@gmail.com.

Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka

Professora titular de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Coordenadora titular do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* da Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo – Fadisp. Diretora Nacional do IBDCIVIL, para a Região Sudeste. Fundadora e Diretora Nacional do IBDFAM, para a Região Sudeste. Ex-Procuradora Federal.

Gustavo Henrique Baptista Andrade

Pós-Doutor em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Mestre e Doutor em Direito Civil pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família – Seção Pernambuco – IBDFAM/PE. Membro do grupo de pesquisa Constitucionalização das Relações Privadas (Conrep) UFPE-CNPq. Procurador do Município do Recife. Advogado. *E-mail*: gustavo@gustavoandrade.adv.br.

João Ricardo Brandão Aguirre

Professor de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Doutor em Direito Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP. Presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família em São Paulo – IBDFAM/SP. Advogado.

Joyceane Bezerra de Menezes

Doutora em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora titular da Universidade de Fortaleza. Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* (Mestrado/Doutorado) em Direito da Universidade de Fortaleza. Professora associada da Universidade Federal do Ceará. Coordenadora do grupo de pesquisa CNPq Direito Civil na Legalidade Constitucional. Editora da *Pensar – Revista de Ciências Jurídicas*. Advogada. *E-mail*: joyceane@unifor.br.

Karin Regina Rick Rosa

Advogada. Mestre em Direito. Especialista em Direito Processual Civil. Professora de Direito Civil e Direito Notarial e Registral. Acadêmica ocupante da Cadeira nº 38 da Academia Notarial Brasileira. Vice-Presidente da Comissão de Direito Notarial e Registral do IBDFAM. Professora convidada da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul – Ajuris. Professora convidada da Pós-Graduação da Faculdade do Ministério Público do Rio Grande do Sul – FMP. Professora convidada da Pós-Graduação da Faculdade 8 de Julho. Autora de livros e artigos.

Laís Machado Lucas

Doutora em Direito pela UFRGS. Mestre em Direito pela PUCRS. Coordenadora adjunta da Especialização em Direito Empresarial da PUCRS. Professora dos cursos de Graduação em Direito da PUCRS e da Unisinos. Professora titular do Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios da Unisinos. Advogada.

Leandro Reinaldo da Cunha

Professor titular-livre de Direito Civil da Universidade Federal da Bahia (Graduação, Mestrado e Doutorado). Pós-Doutor e Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Mestre em Direito pela Universidade Metropolitana de Santos – Unimes. Pesquisador científico. Coordenador científico da Seção Brasil e Investigador da Rede Visões Cruzadas sobre a Contemporaneidade (Rede VCC). Associado titular do Instituto Brasileiro de Estudos de Responsabilidade Civil (Iberc). Líder dos grupos de pesquisa Conversas Civilísticas e Direito e Sexualidade. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2062-2184>. *E-mail*: leandro.reinaldo@ufba.br.

Luana Maniero Moreira

Especialista em Direito Civil-Constitucional pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Bacharel pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Advogada especialista em Direito de Família e Sucessões. Sócia da Girardi Sociedade de Advogados.

Luciana Mota

Defensora Pública do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora de cursos preparatórios para concursos públicos de carreiras jurídicas.

Luciana Pedroso Xavier

Professora de Direito Civil da Universidade Federal do Paraná. Doutora e Mestre em Direito das Relações Sociais pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da UFPR. Presidente da Seccional Paraná do Instituto Brasileiro de Direito Contratual – IBDCONT. Advogada e Mediadora. Contato: luciana@pxadvogados.com.br.

Luiz Paulo Vieira de Carvalho

Advogado, Consultor jurídico, Parecerista, Árbitro. Professor e Conferencista emérito da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ. Presidente da Comissão de Direito de Família e Sucessões do Instituto dos Advogados Brasileiros – IAB. Vice-Presidente da Comissão Nacional de Direito das Sucessões do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Membro do Fórum Permanente de Direito de Família da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ. Membro do Fórum Permanente de Direito Civil da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ. Professor coordenador dos cursos de extensão de Direito de Família e de Direito das Sucessões da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ. Mestre e Pós-Graduado em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa (Portugal). Ex-Defensor Público-Geral do Estado do Rio de Janeiro. Autor das obras: *Direito civil – Questões fundamentais e controvérsias na parte geral, no direito de família e no direito das sucessões* (4. ed., Impetus) e *Direito das sucessões* (4. ed., Gen/Atlas), além de inúmeros ensaios.

Maíci Barboza dos Santos Colombo

Doutoranda em Direito Civil pela USP. Mestre em Direito Civil e Especialista em Direito Civil Constitucional pela UERJ. Advogada e Professora.

Marcelo Coletto Pohlmann

Doutor e Mestre em Contabilidade pela Universidade de São Paulo – USP. Especialista em Integração Econômica e Direito Internacional Fiscal pela Escola de Administração Fazendária – ESAF/Fundação Getúlio Vargas – FGV/Universidade de Münster, Alemanha. Professor adjunto da Escola de Negócios da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Coordenador do curso de Especialização em Gestão de Tributos e Planejamento Tributário Estratégico da PUCRS. De setembro de 1993 a fevereiro de 2020, exerceu o cargo de Procurador da Fazenda Nacional. Sócio do Instituto de Estudos Tributários – IET. Advogado tributarista e Contador. *E-mail*: pohlmann.tpadv@gmail.com.

Marcio Alban Salustino

Graduado em Direito pelo Centro Universitário Jorge Amado (2011). Pós-Graduado em Direito Processual Civil pela UFBA (2013). Atualmente é advogado associado – Linhares & Advogados Associados. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Processual Civil, Direito Civil, Direito do Consumidor e Previdência Complementar.

Marcos Ehrhardt Junior

Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor de Direito Civil da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e do Centro Universitário Cesmac. Editor da *Revista Fórum de Direito Civil – RFDC*. Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Civil – IBDCIVIL. Presidente da Comissão de Enunciados do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Membro-Fundador do Instituto Brasileiro de Direito Contratual – IBDCONT e do Instituto Brasileiro de Estudos de Responsabilidade Civil – Iberc. Advogado. *E-mail*: contato@marcosehrhardt.com.br.

Maria Goreth Macedo Valadares

Doutora e Mestre em Direito Privado pela PUC Minas. Professora da PUC Minas e do IBMEC. Vice-Presidente da Comissão de Sucessões da OAB/MG. Vice-Presidente do IBDFAM/MG.

Maria Rita de Holanda

Advogada. Mestre em Direito das Relações Sociais pela PUC-SP. Doutora em Direito Privado pela UFPE. Pós-Doutora pela Universidad de Sevilla. Professora adjunta I da Universidade Católica de Pernambuco. Presidente do IBDFAM/PE. Pesquisadora do grupo de pesquisas Constitucionalização das Relações Privadas da UFPE.

Marília Pedroso Xavier

Professora da Graduação e da Pós-Graduação *stricto sensu* da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutora em Direito Civil pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre e Graduada em Direito pela UFPR. Coordenadora de Direito Privado da Escola Superior de Advocacia do Paraná. Membro da Diretoria Paranaense do Instituto Brasileiro de Direito de Família. Diretora do Instituto Brasileiro de Direito Contratual (IBDCONT). Advogada. Mediadora. Autora da obra *Contrato de namoro: amor líquido e direito de família mínimo*, publicada pela Editora Fórum.

Mário Luiz Delgado

Doutor em Direito Civil pela USP. Mestre em Direito Civil Comparado pela PUC-SP. Membro da Academia Brasileira de Direito Civil – ABDC. Presidente da Comissão de Direito de Família e das Sucessões do Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP. Presidente da Comissão de Assuntos Legislativos do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Advogado, Professor e Parecerista.

Patricia Bressan Linhares Gaudenzi

Advogada, sócia de Linhares & Advogados Associados, com experiência de mais de 20 anos em consultoria jurídica para o segmento de previdência complementar. Graduada pela Universidade Mackenzie – SP. Mestre em Direito Público pela PUC-SP. Pós-MBA em Conselho de Administração pela Saint Paul Escola de Negócios. *Extension in Business* – European School of Management and Technology (Alemanha). Membro do Instituto Brasileiro de Direito Tributário – IBDT e do International Association of Privacy Professional – IAPP. Conselheira certificada pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC e árbitra da CAMES – Câmara de Mediação e Arbitragem Especializada. Professora de Direito Tributário e Previdência Complementar da Faculdade Baiana de Direito e de diversos cursos no Brasil em Direito Tributário. Autora de livros e artigos sobre previdência complementar e coordenadora da Comissão Técnica de Assuntos Jurídicos Nordeste da ABRAPP.

Patricia Ferreira Rocha

Doutoranda na Universidade do Minho, Portugal. Mestre em Direito Civil pela UFPE. Professora de Direito das Famílias e Sucessões. Pesquisadora do Grupo de Pesquisas Constitucionalização das Relações Privadas – Conrep/UFPE. Vice-Presidente do IBDFAM/AL. Advogada e Conselheira Seccional da OAB/AL. *E-mail*: patriciarochamcz@hotmail.com.

Patrícia K. de Deus Ciríaco

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito (PPGD) da Universidade de Fortaleza (Conceito Capes 6) e Bolsista pelo Programa de Excelência Acadêmica – Proex/Capes. Mestre em Ciências Jurídico-Políticas (Menção em Direito Constitucional) pela Universidade de Coimbra, Portugal. Professora e Advogada. *E-mail*: patricia@ciriacoeoliveira.adv.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2739-9213>.

Paula Moura Francesconi de Lemos Pereira

Doutora e Mestre em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pós-Graduada em Advocacia Pública pelo Centro de Estudos e Pesquisa no Ensino do Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Ceped-UERJ. Pós-Graduada em Direito da Medicina pelo Centro de Direito Biomédico da Universidade de Coimbra. Professora da Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio. Advogada. *E-mail*: paula@francesconilemos.com.br.

Raphael Arnaud

Advogado. Professor de Direito Civil dos programas de Graduação e Pós-Graduação do IDP – Instituto Brasiliense de Direito Público e da UCB – Universidade Católica de Brasília. Mestre e Doutorando em Direito e Ciências Jurídicas Cíveis pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Contato: raphael.arnaud@santosnovelli.com.br.

Renata Vilela Multedo

Doutora e Mestre em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. MBA em Administração de Empresas pela PUC-Rio. Professora titular de Direito Civil do Centro Universitário IBMEC. Professora dos cursos de Pós-Graduação *lato sensu* da PUC-Rio. Advogada e Mediadora de conflitos. Docente do Instituto Brasileiro de Práticas Colaborativas – IBPC. Membro efetivo do IAB, IBDFAM, IBDCIVIL, Iberc, IBPC e IACP – International Academy of Collaborative Professionals.

Rita Bervig Rocha

Professora de Direito Notarial e Registral em cursos de especialização. Aprovada no Mestrado em Direito da Universidade Federal Fluminense do Rio de Janeiro – UFF. Especialista em Direito Processual Civil (UFRGS). Especialista em Direito Público (Ucam/RJ). Membro do Conselho Deliberativo da Fundação Escola Notarial e Registral do Rio Grande do Sul – Enore/RS (2021-2022). Membro da Diretoria Executiva do Colégio Notarial do Brasil – Seção Rio Grande do Sul (2020-2022). Ex-Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais de Salvador/BA. Tabela do 7º Tabelionato de Notas de Porto Alegre/RS.

Roberta Mauro Medina Maia

Mestre e Doutora em Direito Civil pela UERJ. Professora dos cursos de Graduação e Pós-Graduação da PUC-Rio. Advogada.

Sergio Marcos Carvalho de Ávila Negri

Professor Adjunto do Departamento de Direito Privado da Faculdade de Direito da UFJF. Membro do corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito e Inovação da UFJF. Doutor e Mestre em Direito Civil pela UERJ. Especialista em Direito Civil pela Università degli Studi di Camerino (Itália). Coordenador do Núcleo de Estudos Avançados em Pessoa, Inovação e Direito (Neapid-UFJF).

Silvia Felipe Marzagão

Mestranda em Direito Civil pela PUC-SP. Extensão em Direito Processual Civil pela PUC-SP. Diretora do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM/SP. Secretária da Comissão de Direito de Família do Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP. Advogada especializada em Direito de Família e das Sucessões.

Simone Tassinari Cardoso Fleischmann

Membro permanente do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Mestrado e Doutorado). Doutora e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Mediadora.

Thais Câmara Maia Fernandes Coelho

Mestre em Direito Privado pela PUC Minas. Professora do UNIBH e UNA. Presidente da Comissão de Sucessões da OAB/MG. Membro da Diretoria da Comissão Especial de Família e Sucessões da OAB Nacional. Membro da Diretoria do IBDFAM/MG. Coordenadora da Pós-Graduação em Advocacia de Família e Sucessões da OAB/MG.

Virgínia Viana Arrais

32ª Tabeliã de Notas do Rio de Janeiro. Professora e fundadora dos Cursos Virginia Arrais. Professora em curso de Pós-Graduação. Ex-Coordenadora da Escola de Escreventes do Colégio Notarial Brasileiro/RJ. Doutoranda em Direito. Mestre em Direito. Especialista em Direito Notarial e Registral. MBA em Poder Judiciário pela FGV/Law. Cursos Negócios Internacionais na Universidade da Califórnia de Berkeley/USA. Autora de diversos artigos publicados em revistas e em livros especializados. Exerceu as seguintes atividades: Tabeliã de Notas e de Protesto de Títulos no Estado de São Paulo, Registradora Civil das Pessoas Naturais no Estado de São Paulo, Juíza de Direito, Integrante de Deloitte, Touche, Tohmatsu/SP, Integrante de Trench, Rossi & Watanabe Advogados (escritório em São Paulo de Baker & McKenzie).

Vitor Almeida

Doutor e Mestre em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor adjunto de Direito Civil da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (ITR/UFRRJ). Professor de Direito Civil da PUC-Rio. Professor dos cursos de especialização do Ceped-UERJ e da EMERJ. Advogado.

Viviane Girardi

Doutora em Direito Civil pela USP. Mestre em Direito das Relações Sociais pela UFPR. Especialista em Direito Civil pela Universidade de Camerino, Itália. Advogada. Professora e atual Presidente da Associação dos Advogados de São Paulo.

Waldirene Dal Molin

Advogada colaborativa e Mediadora. Mestre em Direito Econômico e Social pela PUCPR e em Filosofia pela UFPR. Diretora e Docente do Instituto Brasileiro de Práticas Colaborativa – IBPC e da Pós-Graduação em Gestão de Conflitos da Universidade Tuiuti. Membro efetivo do IBDFAM, IBPC e IACP – International Academy of Collaborative Professionals.